

Notas sobre a fórmula ‘ideologia de gênero’: uma convergência política, midiática e institucional

Notes on the formula 'gender ideology': a political, media and institutional convergence

Marcos Felipe Rocha¹

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
marcosfeliperocha15@gmail.com

Aline Salles Panhan²

Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
alinepanhan26@gmail.com

RESUMO: Com o intuito de analisar o sintagma “ideologia de gênero”, este artigo propõe uma análise de sua estruturação como uma fórmula discursiva, a partir da perspectiva de Alice Krieg-Planque (2010), e, também, discutir sua imbricação política, midiática e institucional. Na sociedade contemporânea, através do discurso conservador, têm proliferado diversos sintagmas e enunciados desenvolvidos para (re)designar tudo aquilo que, para os conservadores, são contrários às suas pautas. Nesse contexto, desde a divulgação dos Planos Nacionais de Educação, em que se mencionava abordagem da diversidade de gênero, tal discussão ampliou-se no espaço social e houve uma grande circulação do sintagma até os dias atuais. Desse modo, tal enunciado adquire o estatuto formulaico por dispor das propriedades fulcrais e constitutivas que compõem as fórmulas discursivas. Assim, no intento de compreender esse funcionamento, partiremos da proposição de Krieg-Plaue (2010) em que se objetiva analisar enunciados que se cristalizam no espaço político e circulam na conjuntura social. Para tanto, numa proposta discursiva, especialmente pautada nos aportes teóricos da análise do discurso de linha francesa, objetiva-se analisar a dispersão da fórmula e, a partir do discurso político, midiático e institucional, observar as significações produzidas em diferentes espaços.

Palavras-chave: Ideologia de gênero; Análise do discurso; Fórmula discursiva.

ABSTRACT: In order to analyze the phrase 'gender ideology', this article proposes an analysis of its structure as a discursive formula, from the perspective of Alice Krieg-Planque (2010) and also discuss its political, media and institutional foundation. In contemporary society, through conservative discourse, several phrases and statements have proliferated developed to (re) designate everything that, for conservatives, are contrary to their guidelines. In this context, since the publication of the National Education Plans in which the approach to gender diversity was mentioned, this discussion has expanded in the social space and there has been a great circulation of the term, until today. In this way, such a statement acquires the formulaic status for having the core and constitutive properties that make up the discursive formulas. Thus, in an attempt to understand

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem na Universidade Federal de Mato Grosso.

the statement, we will start from the proposition of Krieg-Plaqué (2010), which aims to analyze statements that crystallize in the political space and circulate in the social context. Therefore, in a discursive proposal, especially guided by the theoretical contributions of the French discourse analysis, the objective is to analyze the dispersion of the formula and, from the political, media and institutional discourse, and observe the meanings produced in different places.

Keywords: Gender ideology; Discourse analysis; Speech formula.

Introdução

A proposta de Krieg-Planque (2010) de considerar sintagmas que surgem no espaço político e social num dado momento e, principalmente, são estruturadores de discursos políticos, midiáticos e institucionais norteia este artigo, que tem o objetivo central de descrever e exemplificar o modo com que o sintagma “ideologia de gênero” adquire o estatuto de fórmula discursiva pela sua circulação e cristalização no meio social, considerando os aportes da análise do discurso de linha francesa. A opção por este sintagma deve-se ao seu surgimento em meio às discussões acerca do Plano Nacional da Educação em 2014, que intuía a promoção da diversidade de gênero e, assim, mediante uma frente conservadora e contrária à pauta, desencadearam-se discussões acerca do texto, sucedendo numa polêmica discursiva e na fórmula “ideologia de gênero”.

Para tanto, o *corpus* constitui-se, aqui, de excertos diversificados no intuito de salientar a circulação do sintagma “ideologia de gênero” em um dado contexto político e social, não se restringindo ao campo no qual emergiu. Nesse sentido, busca-se, por meio do *corpus* selecionado para a abordagem, evidenciar o caráter polêmico da fórmula em torno da qual há uma pluralidade de opiniões e que, desse modo, os usos desta evidenciam um posicionamento discursivo, seja de alinhamento ou de oposição. Assim, nesta abordagem, discorre-se não apenas acerca da fórmula e dos atores sociais que aderem a ela, mas também daqueles que se opuseram frente à disseminação dessa em contexto de debates acerca dos planos da educação.

Primeiramente, quanto à organização textual, este artigo dispõe de quatro partes que estão relacionadas. Com base na proposta epistemológica de Krieg-Plaqué (2010) acerca das fórmulas em análise do discurso, aborda-se o advento do sintagma “ideologia de gênero” entre os campos discursivos religiosos e políticos e, com base nas características fulcrais propostas pela autora, busca-se fundamentar o modo como esse sintagma adquire o estatuto formulaico, assim perpassando por outros campos do discurso. Na segunda parte, mostra-se a imbricação política desta fórmula, a partir de um cenário de uma forte onda conservadora. Em seguida, com base na função midiática de promover a circulação das fórmulas, analisam-se dois textos, de diferentes jornais, no intuito de evidenciar a diversidade de abordagens e posicionamentos quanto à temática. Por fim, objetiva-se ilustrar como a abordagem de tal fórmula está ligada aos discursos institucionais e aos atores sociais ligados às instituições.

Ideologia de gênero: uma fórmula discursiva (?)

Nos últimos anos, tanto a politização da sexualidade quanto as conquistas dos movimentos feministas e LGBTQIA+ foram alvos de muitos questionamentos e ataques, por parte de conservadores, acerca da legitimidade dessas agendas numa sociedade até então permeada pelos valores cristãos. Para muitos, a expansão de tais movimentos estaria em contraposição à ordem moral da sociedade, tornando-se uma ameaça às famílias tradicionais. É possível perceber que, a partir dos estudos produzidos sobre gênero/*gender*, as práticas sociais, acadêmicas e políticas estiveram sustentadas pela heteronormatividade (SOUZA, 2019; JUNQUEIRA, 2018; ALMEIDA, 2018). Dessa forma, foi possível repensar as concepções laicas, com base na diversidade, que constituem os direitos dos indivíduos em sociedade.

A reação conservadora tem elementos transnacionais, não apenas porque a Igreja Católica tem capitaneado a ofensiva contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual, mas também porque a insegurança decorrente da fragilização dos sistemas conhecidos de proteção parece abrir oportunidades para que, mais uma vez, se convoque “a família” contra o fantasma da subversão moral (BIROLI, 2018, p. 87).

Nesse contexto, vertentes neoconservadoras, principalmente religiosas e políticas, emergiram no intuito de conter o avanço dos ideais considerados progressistas. Assim, instaurou-se o “pânico moral” (BIROLI, 2018) com objetivos ideológicos e políticos, ao passo que as transformações que ocorreram na esfera social subverteram dogmas e valores até então tidos como incontestáveis. Dessa forma, para os conservadores, o seu Outro, ou seja, qualquer indivíduo que extrapolasse “os valores familiares tradicionais”, deveria ser silenciado, cerceado de seus direitos e qualificado por meio de adjetivos pejorativos que remetem à “promiscuidade” e à “vagabundagem”, ao passo que aqueles que produzem enunciados em prol do “cidadão de bem” são vistos como parte do Mesmo:

Para os neoconservadores, a ruptura com as bases que permitiram a consolidação da sociedade ocidental fez com que fossem apagadas as diferenças naturais entre os indivíduos. Diferenças de classe, entre os sexos e até mesmo as raciais sempre fizeram parte da ordem social; abandonar essas diferenças em prol de uma ilusória “sociedade sem classes” levaria a uma degradação cultural sem precedentes (ALMEIDA, 2018, p. 28).

No que concerne aos estudos realizados acerca das construções coletivas de gênero, é notório que não dizem respeito ao sexo biológico, mas aos enquadres sociais e às construções históricas baseados nos sexos biológicos. Logo, os estudos dos papéis de gênero na sociedade intencionam elucidar uma distinção entre o sexo biológico e os papéis de gênero calcada nos parâmetros sociais. Desse modo, vale ressaltar as palavras já célebres de Simone de Beauvoir (1980) acerca da construção social de gênero: “não se nasce mulher, torna-se mulher” (p. 9); e a autora segue: “nenhum destino biológico, psíquico ou econômico define a forma que a mulher ou a fêmea humana assume no seio da sociedade” (BEAUVOIR, 1980, p. 9). Consoante as contribuições de Beauvoir, Butler (1990-2003) postula que, diferentemente do sexo biológico, gênero é performativo, ou seja, segundo a autora, as designações “masculino” e “feminino” não são natas ou algo que o indivíduo possua, mas efeitos produzidos através do que este indivíduo *faz*: “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 1990-2003, p. 59). A construção de gênero, certamente, é um processo socio-histórico que se dá repetidamente pela performatividade dos indivíduos, ela precisa estar ajustada às convenções sociais que definem a matriz de inteligibilidade. Nesse contexto, conforme postula Borba (2014), existem inscrições naturais que desencadeiam uma rede de implicações lineares baseadas nos componentes da matriz:

sexo biológico, gênero, desejo sexual e subjetividade: vagina – mulher – fragilidade – emoção – passividade – submissão – maternidade – heterossexualidade; pênis – homem – coragem – racionalidade – agressividade – dominação – paternidade – heterossexualidade (BORBA, 2014, p. 446).

A utilização do termo “ideologia de gênero” surge em meio a uma polêmica discursiva, logo, se adotarmos o quadro teórico-metodológico postulado por Maingueneau ([1984]2008), deu-se num processo de tradução, uma vez que a polêmica seria explicada como *interincompreensão regrada* (MAINGUENEAU, [1984] 2008). Conforme o teórico francês, cada sujeito, a partir de seu fechamento semântico, introduz o Outro, transpondo os enunciados conforme as categorias do Mesmo e, assim, essa relação com esse Outro se dá, em todo caso, sob forma dos *simulacros* que dele estabelece. Nessa perspectiva, compreende-se que é a partir do processo de interincompreensão e da construção dos simulacros que se estabelecerá uma polêmica discursiva. Como se pode ver, foram por meio dos estudos desenvolvidos por teóricos de gênero acerca das construções socio-históricas que

possibilitaram discussões acerca dos papéis de gênero nos espaços educacionais com indivíduos que estão em processo de formação, questionando obrigações morais e comportamentos regulados pelo sexo biológico. Assim, em 2014, a iniciativa do Ministério da Educação (MEC) de incluir no Planos Nacionais de Educação a educação sexual, o combate às discriminações e a promoção da diversidade de gênero e orientações sexuais nas escolas foi definida, a partir de uma formação discursiva (FD) conservadora, num processo de tradução, como ideologia de gênero, ou seja, designando o Outro a partir das categorias rechaçadas no fechamento do Mesmo.

Com o advento dessa polêmica discursiva, desencadeou-se a construção dos discursos legitimados por instituições em detrimento das ações do MEC. Vale ressaltar a *aforização* (MAINGUENEAU, 2014) “meninos vestem azul, meninas vestem rosa”, dita pela Ministra Damares Alves, evidenciando que as questões classificadas como “ideologia de gênero” são ligadas ao processo de ensino e aprendizagem dos indivíduos em formação, em especial as crianças. Assim, conforme Krieg-Planque (2018), “a noção de fórmula se revela particularmente pertinente para análise de discursos políticos, midiáticos e institucionais” (p. 128). Isto posto, o sintagma oriundo do processo de interincompreensão ganha o estatuto de fórmula devido a seu surgimento no campo religioso nos anos 1990 e, a partir de então, sua dispersão e cristalização no espaço político e social, perpassando outros campos discursivos. “[...] Impulsionada por um acontecimento, uma palavra se impõe. E se impõe a todos como um remédio [...]. Ela simboliza uma solução. Mas, paralelamente a essa retomada massiva na superfície dos enunciados, a palavra vê seu sentido se dispersar” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 26).

Desse modo, a partir de sentido amplo que o sintagma adquire, atribui-se o estatuto formulaico uma vez que, conforme Krieg-Planque (2010), esta possui quatro características fulcrais e interdependentes: 1 - caráter cristalizado, ou seja, “é a concisão que faz a fórmula circular”, podendo ser uma unidade lexical simples ou complexa, assim, no caso do sintagma “ideologia de gênero”, tem-se uma unidade complexa que se cristalizou nos últimos anos devido à tensão entre os campos educacional e político; 2 - inscrição em uma dimensão discursiva, dessa forma, “remete antes ao discurso do que ao linguístico” e “não existe sem os usos que a tornam uma fórmula”, logo, não há enunciados pré-destinados a se tornarem fórmulas, é necessário investigar sua circulação e, também, a relação com a temporalidade e os atores sociais, dessa maneira, o enunciado “ideologia de gênero” ganhou expressividade no espaço público, a partir da publicação dos Planos Nacionais de Educação e com a ascensão política e social de uma ala conservadora que atribuiu o termo aos estudos de gênero; 3 -

funcionamento de referente social – tendo passagem obrigatória dos discursos em um determinado espaço público, podendo ser defendida ou negada pelos locutores, tornando-se uma sequência crucial que irá extrapolar o contexto que surgiu, desse modo, notam-se indícios desse acontecimento pela adesão da fórmula “ideologia de gênero” como agenda de campanha nas eleições de 2018 no Brasil; 4 - aspecto polêmico – por perpassar os discursos, dispõe de uma dimensão polêmica, pois são territórios em disputa que geram conflitos, pelo fato de ser portadora de questões de interesse sociopolítico, conforme essa propriedade, colocando em jogo “modos de vida”, assim, o sintagma “ideologia de gênero” porta diversos questionamentos no espaço público institucional e na esfera discursiva em que se inscreve, legitimado por diversos atores sociais que se posicionam favoráveis ao seu uso, ao passo que é rechaçada por opositores que, além de não reconhecerem a legitimidade do sintagma no que se refere aos estudos de gênero, negam a sua existência.

Assim, o termo “ideologia de gênero” surge como um sintagma oriundo de uma polêmica discursiva em que o Mesmo traduziu o Outro a partir do seu fechamento semântico. Dessa forma, o sintagma “ideologia de gênero” não é considerado um conceito teórico proveniente dos estudos de gênero e, portanto, seus usos estão relacionados a uma retórica eleitoral em detrimento dos estudos que se dedicam às questões de gênero e orientação sexual. Conforme Krieg-Planque, em publicação recente:

A fórmula discursiva se mostra, então, como uma categoria privilegiada para apreender os discursos nas diferentes formas de cristalização que os atores sociais modelam e põem em circulação a captar a maneira como esses atores organizam, por meio do discurso, as relações de poder e de opinião (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 129).

Nesse sentido, essa fórmula discursiva foi usada por instituições que, a partir de suas formações discursivas e das categorias que refutam, contestam a diversidade de gênero. Ademais, “ideologia de gênero” circulou massivamente no espaço midiático, principalmente nas mídias sociais, e teve seu funcionamento como agenda eleitoral, em oposição direta aos estudos que compreenderam as questões de gênero e orientação sexual, velando as questões que alicerçam os gêneros na sociedade.

Uma construção palanqueira engendrada no discurso político-conservador

As fórmulas estão diretamente ligadas aos atores sociais que possuem papéis estruturantes no espaço social. Com uma emergente guinada conservadora na sociedade contemporânea, diversos discursos têm sido desencadeados e até retomados em prol da família de padrão heterossexual com base nos valores ideológicos ocidentais, que são calcados nos dogmas religiosos da bíblia cristã. A partir de suas formações discursivas, os diversos atores que aderem o posicionamento conservador estão disseminando seus ideais e crenças que, conforme os espaços que ocupam, ganham legitimidade e os seus discursos se cristalizam no espaço social. Fiorin (2019) argumenta que discursos como o conservador são polarizados, estabelecendo relações de aliados e inimigos, assim, “considera que os que amam a pátria, os que respeitam a família e os que amam a democracia são apenas os que comungam os ideais do governo” (p. 374). Portanto, tal discurso, além de estabelecer como inimigos comuns todos aqueles que se colocam como antagônicos, instaura o confronto ideológico na sociedade estabelecendo pautas amparadas nos valores tradicionais, tendo como seus disseminadores as instituições educativas, culturais e políticas. Nesse sentido, Eco (2019) atesta que “os adeptos precisam, contudo, ser convencidos de que podem derrotar o inimigo. Assim, graças a um contínuo deslocamento de registro retórico, *os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais*” (ECO, 2019, p. 52).

No espaço político, o sintagma “ideologia de gênero” ganhou forte repercussão após a divulgação dos Planos Nacionais da Educação em 2014 que tratava as questões de igualdade, identidade e diversidade de gênero nas escolas, além de sexualidade e orientação sexual. Tanto as alas conservadoras do congresso, quanto Estados e municípios discutiram o texto. Assim, naquela conjuntura era possível perceber a querela entre religiosos, principalmente, católicos e evangélicos, e grupos pró-diversidade. Contudo, o trecho que recobria as questões de gênero e sexualidade foi retirado do texto final. O principal argumento dos conservadores era de que haveria um desmanche do conceito tradicional de família, modificando e descaracterizando os conceitos de homem e mulher na sociedade. Desse modo, o sintagma “ideologia de gênero” fortificou-se nas discussões políticas, tornando-se pauta de diversos debates e discursos políticos, principalmente ligados à uma extrema-direita conservadora.

No que tange às formações discursivas, é possível apreendê-las por meio do léxico do locutor, em contraposição às construções ideológicas possíveis, as quais são transpostas nos discursos. Desse modo, a fim de assegurar legitimidade, os locutores conservadores utilizam o

sintagma “ideologia de gênero”. Conforme Junqueira, outras diversas nomenclaturas também são usadas como sinônimos:

teoria do *gender*, ideologia (do) *gender*, ideologia da ausência de sexo, ideologia confusa de gênero, loucura de gênero, teoria do gênero sexual, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria artificiosa do *gender*, teoria do gênero *queer*, teoria do gênero transexual, teoria do gênero radical, ideologia radical de gênero, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultrafeminista do *gender*, ideologia do *Women's empowerment*, ideologia pós-feminista do gênero, ideologia do pensamento único homossexualista, ideologia comunista do gênero, teoria americana do *gender*, ideologia mundialista (ou globalista) do gênero, ideologia LGBT, ideologia do *lobbygay*, ideologia ocidental homossexual e pró-aborto, ideologia sodomita, ditadura do *gender*, ditadura ideológica do *gender*, totalitarismo de gênero, *gender-terror*, genderismo, ou simplesmente gênero ou *gender*, em si mesmo, uma ideologia (JUNQUEIRA, 2018, p. 459-460).

Entretanto, os estudiosos tendem a nomear “estudo(s) de gênero” ou outras nomenclaturas relacionadas aos estudos científicos que concernem as práticas e a diversidade de gênero na esfera social diferentemente dos conservadores que utilizam as nomenclaturas supracitadas no intento de instaurar o pânico moral de um inimigo comum. Conforme Krieg-Planque (2019, p. 109), “cada uma dessas expressões, por um jogo de oposição com outra, constrói o real de acordo com um certo ponto de vista, facilita o caminho interpretativo em direção a uma certa conclusão argumentativa e indica a posição ocupada pelo locutor”.

No espaço sociopolítico, para além das questões de defesas de determinadas pautas, os locutores farão o uso de vocabulário e recursos linguísticos que singularizam seus pontos de vista. Em sua página do *Facebook*, em 5 de novembro de 2019, a Ministra Damares Alves fez a seguinte publicação:

Imagem 1 - Post da Ministra Damares Alves



Fonte: Perfil de Damares Alves no Facebook.³

A mesma publicação tinha como legenda o seguinte texto:

Ideologia de gênero é **violência contra a criança**. Não é diversidade sexual, não estou falando dos homossexuais, das lésbicas ou das travestis. **Escolheram o Brasil como laboratório dessa teoria (teoria *queer*)** mas estamos mandando um recado que **acabou a brincadeira, nossas crianças não são cobaias**. Aos que tem dúvidas do que falo, estudem um pouco sobre o que é a teoria *queer*. Ela se distancia (sic.) da comunidade LGBT, tornando-se até mesmo, um antagonista, contra a comunidade lgbt e da comunidade conservadora, ela quer ferir a todos! (Grifos nossos)⁴.

Vale ressaltar que Damares Alves é ministra da família, mulher e direitos humanos, no governo de extrema-direita do Presidente Jair Bolsonaro. Nesse contexto, com o atravessamento religioso, instaura-se a naturalidade das diferenças, havendo aceitação somente para as diferenças naturais, biológicas. Nesse sentido, Fiorin (2019) postula:

A “ideologia de gênero” torna-se uma obsessão. Investe-se contra a noção de que os papéis sexuais são construções culturais e sociais. Admitir isso seria acolher a tese de que a sociedade é permeada pela diversidade. Ora, esse discurso aceita

³Disponível em: <<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1137091939831820>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

⁴Disponível em: <<https://www.facebook.com/dradamaresalves/posts/1137091939831820>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

apenas a ideia de que as diferenças existentes na sociedade são as consideradas naturais (p. 373).

Assim, alicerçada em uma FD conservadora, é possível observar o modo como a enunciadora, legitimada pelo poder presidencial, por meio do discurso, desenvolve sua argumentação estabelecendo relações de poder e de opinião. Sobre a fórmula “ideologia de gênero”, inicialmente, no discurso da ministra há a designação do opositor: as teorias *queer*, assim, a mesma denota as teorias como um processo de “violência contra a criança” e, ainda pondera, que “ela quer ferir a todos”, se estabelecendo como antagonista. Ao condenar as teorias *queer* como o inimigo que quer fazer as crianças brasileiras de cobaias, Damares deixa claro seu posicionamento contrário, desse modo, relega os estudos como “ideologia de gênero”.

O enunciado no qual a locutora se apresenta na publicação também destaca um modo de constituição de poder por meio dos implícitos: mãe, educadora, advogada, pastora (e ministra). As designações utilizadas pela ministra para se apresentar/definir na publicação possuem uma dimensão implícita. Assim, além de ministra, dotada de qualidades políticas e institucionais, ela se apresenta como mãe, pressupondo que esta dispõe de qualidades próprias por ser progenitora e dotada, ao menos no nível de um imaginário socialmente partilhado, de afeto. Para o campo religioso, principalmente cristão, que ressalta a família a partir do biológico (heteronormativa), ela se designa pastora, subentendo que dispõe de autoridade para orientações e postulados espirituais. Além disso, para garantir o caráter científico, identifica-se como educadora e advogada, estando apta às questões jurídicas e de formação de pessoas.

A mídia: um agente de circulação da fórmula

As mídias, de modo geral, são responsáveis pela circulação das fórmulas discursivas no espaço sociopolítico. No entanto, os veículos de informação não estão comprometidos em desenvolver fórmulas, mas de as promoverem e fazerem circular no espaço público os sintagmas ligados aos atores sociais. Krieg-Planque (2010) assevera que “as mídias têm, na fabricação das fórmulas, o papel de publicização, mas aparecem mais frequentemente como operadoras da circulação do que como criadoras ou iniciadoras” (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 120-121). Desse modo, por meio da linguagem, estes veículos lançam os enunciados no espaço público e são reconhecidos por desempenharem essa função, assim, num processo de

seleção e filtragem, submetem as fórmulas às ideologias que atravessam os meios de difusão da informação e as inserem na sociedade.

A circulação da fórmula “ideologia de gênero” deu-se de diferentes formas nos veículos de informação. Os meios de divulgação da informação mais conservadores tornaram públicos textos que aderiram à fórmula no intuito de reafirmá-la e difundi-la, mesmo como algo a ser negado. Contudo, os meios de comunicação com uma pauta mais aberta às questões diversas que permeiam a sociedade contemporânea e que, também, rechaçavam o sintagma, difundiram escritos em prol da desconstrução da fórmula e de evidenciar o seu caráter ideológico.

Nesse sentido, diversos textos, charges, artigos de opinião, reportagens, pesquisas e outros foram veiculados nos meios de comunicação distintos no intento de abordar as questões que cercam o sintagma “ideologia de gênero”. Assim, através da circulação e da cristalização no espaço público, é possível identificar o modo como os atores sociais estabelecem, através do discurso, as relações de poder e formam opiniões.

O jornal *Correio Braziliense*, em 7 de setembro de 2019, publicou um artigo intitulado “A ideologia de gênero”, assinado por Dom José Freire Falcão, um cardeal da igreja católica. O texto, de modo geral, apresenta diversos trechos da bíblia sagrada cristã em que o autor fez o uso para reforçar a argumentação de que há uma “ideologia de gênero” que é diferente do que (ideologicamente) os cristãos devem seguir. O autor menciona que “ao contrário, para alguns hoje o gênero passa a ser mais importante que o sexo” (FALCÃO, 2019) e, ainda, complementa:

Na verdade, “a visão antropológica cristã, fundada na narração das origens, como descritas no Livro do Gênesis, afirma que Deus criou o homem à sua imagem [...] homem e mulher os criou)” (Ge. 1,27). Daí que é “a família o lugar natural no qual a relação de reciprocidade e comunhão entre o homem e a mulher encontra plena atuação” (Congregação para a Doutrina da Fé, 36) (FALCÃO, 2019).

Assim, com base no criacionismo e nas construções biológicas e binárias, observa-se que, neste cenário religioso, há um reforço de padrões ideológicos de família: homem e mulher. Conforme o cardeal, “ideologia de gênero” é a tentativa de sobrepor os papéis de gênero às questões de sexo biológico, promovendo um apagamento da distinção, socialmente instituída, entre homens e mulheres. Portanto, é notório que ao publicar o texto de um cardeal da igreja católica na seção de opinião, o *Correio Braziliense* não evidencia um posicionamento do próprio do jornal, entretanto o colunista, além de denotar um

posicionamento conservador, demonstra que as querelas com as questões de gênero estão ligadas a um viés religioso.

Nessa altura, é relevante registrar que há uma grande quantidade de textos circulando nas mídias abordando a fórmula “ideologia de gênero”, no entanto, muitos são contrários ao sintagma e, desse modo, são desenvolvidos no intuito de o desmitificar. Nesse sentido, a *Folha de S. Paulo*, em 15 de setembro de 2019, na seção Colunas e Blogs, publicou um texto do médico e colunista Dráuzio Varella intitulado “Ideologia de Gênero” e com o seguinte subtítulo: “nos dias de hoje, demagogos se apropriaram do preconceito social”.

No texto veiculado pela *Folha*, é possível observar o posicionamento desfavorável à fórmula, reforçando seu aspecto polêmico. Existem trechos que evidenciam o repúdio às ideologias conservadoras. O colunista inicia o texto com a afirmação: “mal começamos a entender a diversidade humana, vozes medievais emergiram das catacumbas para inventar a tal ideologia de gênero” (VARELLA, 2019). A partir deste excerto do médico e colunista Dráuzio Varella, é possível apreender a recusa total daqueles que defendem a existência de tal ideologia. Ainda no mesmo excerto, o enunciador usa a designação “vozes medievais que emergiram das catacumbas” no intuito de elucidar que tais posicionamentos são obsoletos e superados, numa alusão ao período medieval, no qual os ideais sociais eram difundidos pelas igrejas.

Na continuidade do texto, o locutor menciona que o que “esses moralistas de botequim defendem é a repreensão do comportamento homossexual que, sei lá porque tormentos psicológicos, lhes causa tamanho horror” (VARELLA, 2019). A expressão “moralistas de botequim” apresenta uma crítica forte aos conservadores que aludem à ideologia de gênero, primeiro que o termo ‘moralista’ está ligado à defesa dos preceitos morais, no entanto o complemento ‘de botequim’ os deprecia, tendo em vista que tal expressão dispõe de um cunho difamatório. Na continuidade da reflexão acerca das inquietações dos “moralista de botequim”, o enunciador aponta que a principal objeção deles é quanto ao “comportamento homossexual”, nesse contexto, ele aponta que, por problemas psicológicos, desconhece a causa de “tamanho horror”, denotando os conservadores como pessoas portadoras de problemas da psique. Assim, na sequência do texto, com base em pesquisas do campo da medicina, é desenvolvida uma argumentação em prol da “diversidade humana”:

O argumento mais elaborado que conseguem usar como justificativa é o de que a homossexualidade não é fenômeno natural. Outra estupidez: relações homossexuais têm sido documentadas pelos etologistas em todas as espécies de

mamíferos, e até em aves, únicos dinossauros que sobreviveram à catástrofe de 62 milhões de anos atrás (VARELLA, 2019).

Nota-se que, no caso da fórmula “ideologia de gênero”, sua circulação está fortemente ligada às mídias. Tornou-se um sintagma que revela um posicionamento discursivo específico. Desse modo, os veículos de informação, a partir de suas formações discursivas, tendem a propor textos que engendram as fórmulas no espaço social. Além disso, observa-se também que, tanto no artigo do *Correio Braziliense* quanto no texto da *Folha de S. Paulo*, os autores estavam ligados a instituições, seja religiosa ou médica. Isto posto, é possível perceber que há uma forte imbricação política, midiática e institucional na circulação das fórmulas.

As instituições: um papel estruturante

As fórmulas estão diretamente ligadas aos atores sociais que possuem papéis estruturantes no espaço social. Por meio do discurso, muitas instituições posicionam-se acerca das temáticas diversas que difundem socialmente de forma corriqueira. Assim, através das palavras, do léxico, é possível adentrar os discursos, percebendo determinados pontos de vista em detrimento de outros possíveis. Ademais, constrói-se o real das pautas de uma determinada instituição, regida por atores sociais que são sujeitos constituídos ideologicamente. No Brasil, por exemplo, como já mencionado anteriormente, aqueles que utilizam o sintagma “ideologia de gênero” dispõem de um posicionamento desfavorável à promoção da diversidade de gênero, ao passo que, de forma análoga, aqueles que são favoráveis designarão como “estudo(s) de gênero”, mesmo que, para ambos enunciadores, os sintagmas não remetam ao mesmo objeto.

Em um contexto determinado, é possível apreender como, por meio do discurso, as instituições constroem o seu ponto de vista em relação aos Outros no espaço social:

A fórmula discursiva se mostra, então, como uma categoria privilegiada para apreender os discursos nas diferentes formas de cristalização que os atores sociais modelam e põem em circulação e captar a maneira como esses atores organizam, por meio do discurso, as relações de poder e de opinião (KRIEG-PLANQUE, 2018, p. 129).

Logo, pode-se observar as agendas favoráveis e, também, a negação de outras pautas. No caso da fórmula “ideologia de gênero”, constata-se sua ligação às frentes mais

conservadoras, principalmente calcadas em dispositivos religiosos do cristianismo, para retratar que os atores que promovem a diversidade de gênero têm em vista a homogeneização de uma “sociedade gay” e a destruição da “família tradicional”. Entretanto, os dispositivos institucionais progressistas que são favoráveis à diversidade de gênero, visando principalmente ao respeito, tendem a negar a existência de uma “ideologia de gênero”, no sentido de desconstruir a família tradicional, e evidenciam que existe uma “ideologia de gênero” dominante, frequentemente questionada, que é heterossexual, patriarcal, machista e pautada em valores religiosos.

Uma fórmula está diretamente ligada a atores sociais e a um contexto específico. Com efeito, mediante a retirada do trecho que determinava a viabilização da diversidade de gênero no espaço escolar do Planos Nacionais da Educação, coube aos Estados e municípios discutirem acerca de “gênero” nos espaços escolares. Assim, nota-se que diversos municípios em todos os Estados do Brasil lançaram projetos favoráveis ou não aos debates de gênero nas escolas. Destacam-se os casos das cidades de Ipatinga-MG e Londrina-PR, onde foram aprovadas leis que vedavam as discussões acerca da diversidade de gênero e, até mesmo, a abordagem conceitual do termo:

Art. 3º Caberá ao Poder Executivo Municipal a adoção das medidas governamentais necessárias à implementação das estratégias para o alcance das metas previstas no PME, não podendo adotar, nem mesmo sob a forma de diretrizes, nenhuma estratégia ou ações educativas de promoção à diversidade de gênero, bem como não poderá implementar ou desenvolver nenhum ensino ou abordagem referente à ideologia de gênero e orientação sexual, sendo vedada a inserção de qualquer temática da diversidade de gênero nas práticas pedagógicas e no cotidiano das escolas (IPATINGA, 2015).

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal (STF) fez intervenções, por meio dos ministros Gilmar Mendes e Luis Roberto Barroso. Em nome da instituição de justiça máxima na esfera nacional, através de medida cautelar e liminar (decisão provisória), os ministros suspenderam as leis municipais que barravam os profissionais da educação de proverem questões de gênero nas escolas. Nos textos publicados defendia-se a promoção das abordagens de gênero em prol do respeito às diversidades:

Vedar a adoção de políticas de ensino que tratem de gênero ou que utilizem tal expressão significa impedir que as escolas abordem essa temática, que esclareçam tais diferenças e que orientem seus alunos a respeito do assunto, ainda que a diversidade de identidades de gênero seja um fato da vida, um dado presente na sociedade que integram e com o qual terão, portanto, de lidar (Barroso In: BRASIL, 2019a).

Ao excluir ensino sobre temas ligados ao gênero, a norma atacada afronta não apenas o direito fundamental à educação de estudantes e professores, como viola os direitos de quem esteja fora do padrão heteronormativo (como a população LGBT) de terem seus corpos, sua sexualidade, sua realidade e seus dilemas representados nos livros e abordados nas escolas. A norma é obscurantista, porque almeja proscriver o próprio debate sobre uma realidade humana (Mendes In: BRASIL, 2019b).

Contrários às correntes conservadoras que acreditavam que a “ideologia de gênero” tinha o intuito de promover o desmonte da família, da sociedade e da civilização, os pareceres dos ministros do STF foram favoráveis à implementação dos debates de gênero no espaço educacional. Observa-se, também, que os ministros ressaltaram o papel da escola frente à formação dos indivíduos e reforçaram a importância da diversidade na construção do conhecimento, evitando assim o aparelhamento ideológico heteronormativo. Desse modo, por meio do discurso, no que tange ao STF, foi possível apreender que a instituição se posicionou contrária ao termo “ideologia de gênero” e sua designação, além de repudiar os atos dos conservadores em barrar a promoção da diversidade.

Notas finais

Embora tenha sido uma abordagem breve, espera-se que o *corpus* escolhido tenha sido suficiente para sustentar a tese de que “ideologia de gênero” se cristalizou no espaço social como uma fórmula discursiva, com base no aporte epistemológico da análise do discurso. Pois, além de dispor dos traços fulcrais que atribuem o estatuto formulaico ao sintagma, “ideologia de gênero” apresenta grande circulação que é endossada pelo discurso político, principalmente conservador, pelo espaço midiático em sua disseminação em diferentes meios de divulgação da informação e, sobretudo, institucional, seja defendendo ou repudiando determinadas pautas e agendas. Ademais, tendo em vista as relações sociais e as constituições históricas e políticas no cenário brasileiro, é possível observar que nos debates que recobrem temas como a família e a educação não seria possível velar o tema “ideologia de gênero”.

Com efeito, os construtos teóricos, principalmente da tese acerca das fórmulas discursivas de Alice Krieg-Plaquet (2010), contribuem para observar o funcionamento da fórmula “ideologia de gênero”, analisando o espaço de polêmica entre diferentes interlocutores. Desse modo, por exemplo, no discurso da ministra Damare Alves nota-se a

materialização do discurso político, no qual ela representa os ideais de uma vertente política de extrema-direita neoconservadora. Nesse caso, vai-se muito além de questões políticas, pois a locutora também possui intersecções no espaço jurídico, religioso e educacional. Nesse contexto, atravessada pelos dogmas do cristianismo, a fórmula “ideologia de gênero” passa a ser vista como uma ameaça às famílias, instituições de viés conservador e ao padrão heteronormativo.

Entretanto, na contramão dos fatores que cercam “ideologia de gênero” no campo político, as esferas judiciais, pautadas nos instrumentos da lei, buscam assegurar a constitucionalidade dos processos, certificando a laicidade do Estado e a autonomia da escola na formação de indivíduos e, assim, propiciando o acesso aos saberes necessários para o respeito às diferenças. Logo, no caso das leis municipais das cidades de Ipatinga e Londrina com intervenção dos ministros do STF, observa-se uma tentativa de imposição de um padrão de gênero (heterossexual) que se distancia das diferenças e as discrimina com o fito de se perpetuar na sociedade. No caso em questão, ao longo dos postulados das decisões acerca de tais leis, os ministros do STF, além de sustentarem o papel da educação como instrumento de superação das incompreensões, garantem a viabilidade das questões de diversidade de gênero como meio de sobrepor a exclusão social.

Desse modo, com base nos dados analisados, além de sustentar a tese que “ideologia de gênero” é uma fórmula discursiva devido a sua cristalização polêmica no espaço social, é possível asseverar que esta dispõe de um caráter político e institucional, por estar diretamente ligada a instituições que endossam pautas específicas. Assim, é colocado em jogo não apenas o questionamento da promoção da diversidade de gênero no espaço educacional, mas de continuidade e sustentação de um padrão de gênero heterossexual.

Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Neoconservadorismo e liberalismo. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018, p. 27-32.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, [1930] 2009.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**, v. I, II. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. Reação conservadora, democracia e conhecimento. **Revista de Atropologia**. v. 61, n. 1, p. 83-94, 2018. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/145515/139668>>. Acesso em: 23 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515>

BORBA, Rodrigo. A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 43, p. 441-473, 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0441.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430441>

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 600 Paraná**. Parecer normativo, de 13 de dezembro de 2019. Relator: Ministro Luis Roberto Barroso. 2019a. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5206806>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 467 Minas Gerais**. Parecer normativo, de 18 de outubro de 2019. Relator: Ministro Gilmar Mendes. 2019b. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5733808>>. Acesso em: 10 jan. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990-2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de análise do discurso**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. Tradução Eliana Aguiar. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

FALCÃO, José Freire. A ideologia de gênero. **Correio Braziliense**, Brasília, 9 set. 2019. Opinião. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniao/2019/09/07/internas_opiniao,781278/artigo-a-ideologia-do-genero.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2020.

FIORIN, José Luiz. Oeprações discursivas do discurso da extrema-direita. **Discurso & Sociedad**. v. 13, n. 3, p. 370-382, 2019. Disponível em: <<http://www.dissoc.org/ediciones/v13n03/DS13%283%29Fiorin.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

IPATINGA. DECRETO Nº 3.491, DE 28 DE AGOSTO DE 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação de Ipatinga - PME e dá outras providências, Ipatinga, MG, ago 2015. Disponível em: <<https://www.ipatinga.mg.gov.br/detalhe-da-legislacao/info/lei-3491-2015/21684>>. Acesso em: 29 out. 2019.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. **Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 449-502, set.-dez. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2018000300004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13 jan. 2020.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **A noção de 'fórmula' em análise do discurso**: quadro teórico e metodológico. Tradução Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2010.

KRIEG-PLANQUE, Alice. **Analisar discursos institucionais**. Tradução Luciana Salazar Salgado e Helena Boschi. Uberlândia: EdUFU, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/EDUFU-978-85-7078-478-0>

MAINGUENEAU, Dominique. **Frases sem texto**. Tradução Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola, 2014.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola, 2008.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão a Bolsonaro. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

VARELLA, Dráuzio. Ideologia de gênero. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 set. 2019. Opinião. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/09/ideologia-de-genero.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Recebido em: 10 de agosto de 2020

Aceito em: 25 de novembro de 2020